

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.511 - PR (2019/0300259-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : **FREEPOWER TEAM CURITIBA - CONSULTORIA FINANCEIRA S/S**
ADVOGADOS : **JULIANO CALDAS POZZO - PR044064**
FELIPE AZEREDO COUTINHO MARTORELLI DE JESUS - PR046370
ARAMIS ATAIDE DE MOURA E COSTA JUNIOR - PR063823
SIMONE DA LUZ KAIEL POZZO - PR047469
AGRAVADO : **FIDARE COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **FREEPOWER TEAM CURITIBA - CONSULTORIA FINANCEIRA S/S**, em face de decisão acostada às fls. 120/122, e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição federal, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 61/67, e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 61, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA. PRETENSÃO DE DEPÓSITO EM JUÍZO DE VALORES RECEBIDOS EM OUTRA AÇÃO. AUSÊNCIA DE PERIGO DE DANO. VALOR A SER RECEBIDO QUE SUPERA O VALOR DA DÍVIDA DA AUTORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Não foram apresentados embargos de declaração.

Em suas razões de recurso especial (fls. 77/95, e-STJ), a insurgente aponta violação aos artigos 85, § 2º; 489, § 1º, I e 1.022, I e II, ambos do CPC/15. Sustenta, em suma: **i**) que, sendo possível se aferir o valor do proveito econômico, sobre este deve incidir a verba honorária sucumbencial, devendo, na hipótese, ser afastada, como base de cálculo, o valor atualizado da causa, sob risco de enriquecimento sem causa; e **ii**) falta de fundamentação da decisão recorrida.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 114, e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 120/122, e-STJ), a Corte de origem negou seguimento ao apelo extremo, ante a incidência da Súmula 83/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 132/154, e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta (fl. 162, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O reclamo merece prosperar, em parte.

1. Quanto à alegada violação aos artigos 489, § 1º, I e 1.022, I e II, do CPC/15, ao argumento de que o acórdão combatido carece de fundamentação adequada, denota-se que o conteúdo normativo dos referidos artigos não foram objeto de exame pelo acórdão recorrido, tampouco foram apresentados embargos de declaração pela ora insurgente a fim de sanar omissão ou prequestionar a matéria.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se a correta interpretação da legislação federal. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA. 1. "O reajuste de mensalidade de plano de saúde individual ou familiar fundado na mudança de faixa etária do beneficiário é válido desde que i) haja previsão contratual, ii) sejam observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e iii) não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou aleatórios que, concretamente e sem base atuarial idônea, onerem excessivamente o consumidor ou discriminem o idoso." (REsp 1.568.244/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 19/12/2016). 2. In casu, o Tribunal local, mediante a análise de todo o acervo fático-probatório dos autos, entendeu pela abusividade da cláusula contratual que prevê o reajuste da mensalidade no percentual de 72, 49% ao contratante que muda de faixa etária, sem indicação de qualquer critério para determinar reajuste tão expressivo. 3. Na hipótese, assentada pelas instâncias ordinárias a índole abusiva do reajuste, a inversão do que foi decidido pelo Tribunal de origem demanda a interpretação de cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ. Precedentes. **4. A ausência de enfrentamento da matéria objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do STF, aplicável por analogia.** 4.1. Esta Corte admite o prequestionamento implícito dos dispositivos tidos por violados, desde que as teses debatidas no apelo nobre sejam expressamente discutidas no Tribunal de origem, o que não ocorreu na hipótese. Precedentes. 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 889.861/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 29/05/2018).[grifou-se]

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO BANCÁRIO. CÉDULA DE CRÉDITO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. REEXAME DE PROVAS. JULGAMENTO ULTRA PETITA.

FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.

AUSÊNCIA DE ATAQUE ESPECÍFICO.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

2. Não se admite o recurso especial quando a questão federal nele suscitada não foi enfrentada no acórdão recorrido. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal (STF).

3. Nos termos do artigo 1.021, § 1º, do CPC/2015 e da Súmula 182/Superior Tribunal de Justiça, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1694502/RO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 25/04/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS PRETÉRITOS. REVISÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO. PRECLUSÃO. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). **2. Ausente o prequestionamento do dispositivo apontado como violado no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282 do Supremo Tribunal Federal, por analogia.** 3. Ocorre a preclusão contra o despacho que diz respeito à produção de prova quando a parte não o impugna no momento oportuno. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1042317/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 11/06/2018). [grifou-se]

Portanto, inarredável a incidência, no ponto, da Súmula 211/STJ, ante a falta de prequestionamento.

2. No que se refere à alegada afronta ao artigo 85, § 2º, do CPC/15, sustenta, a parte recorrente, que a utilização do valor atualizado da causa como base de cálculo para a incidência dos honorários sucumbenciais, a despeito de o proveito econômico não se evidenciar irrisório e ser facilmente aferível, não se mostra adequado, além de ensejar enriquecimento indevido da parte ora recorrida. No ponto, melhor sorte socorre à parte insurgente.

No particular, assim decidiu o Tribunal local (fls. 65/67, e-STJ):

Argumenta a autora que o periculum in mora reside na possibilidade da ré não lhe repassar o **montante recebido nos autos nº 0063253-24.2012.8.16.0001 (R\$ 114.459,84).**

[...]

Além disso, nota-se que a **importância recebida pela ré (R\$ 114.459,84)** não era suficiente para quitação antecipada da dívida, inexistindo no instrumento de confissão de dívida, qualquer disposição no sentido de que qualquer valor recebido deveria ser repassado à autora para amortização da dívida.

[...]

Requeru a autora a redução dos honorários advocatícios, pois exorbitantes, requerendo o seu arbitramento com base no proveito econômico.

Segundo o art. 85, § 2º, do NCPC, os honorários advocatícios serão fixados entre o percentual mínimo de 10% e máximo de 20% sobre o valor da condenação ou sobre o proveito econômico e, não sendo possível a sua liquidação, sobre o valor atualizado da causa.

[...]

Muito embora a autora sustente que o valor do proveito econômico seja o valor de R\$ 114.000,00 (subtração do valor do título de capitalização e do montante pago para terceiro credor da SEB), mesmo ciente disso, atribuiu ao valor da causa a importância de R\$ 1.541.034,73, valor que não foi impugnado pela ré.

Assim, porque já fixado no mínimo legal e em observância da ordem estabelecida no § 2º, do art. 85, do CPC, mantenho os honorários advocatícios fixados em sentença.

- Honorários recursais

Nos termos do disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários advocatícios antes arbitrados para 14% sobre o valor atualizado da causa.**

Infere-se que o acórdão recorrido destoa da recente orientação jurisprudencial desta Corte acerca da matéria envolvendo a fixação de honorários advocatícios na vigência do NCPC.

Com efeito, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que na fixação dos honorários advocatícios por meio da regra geral, art. 85, § 2º, do CPC/15, há uma ordem de preferência acerca da base de cálculo a ser utilizada para a fixação da verba honorária sucumbencial.

Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação

da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) **segundo**, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) **sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou** (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. **A expressiva redação legal impõe concluir:** (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) **do proveito econômico obtido**; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

No caso dos autos, depreende-se claramente que o valor do proveito econômico buscado era de (R\$ 114.459,84), conforme restou consignado no acórdão recorrido (fl. 65, e-STJ), e este não se evidenciando irrisório é de rigor o afastamento do valor atualizado da causa como base de cálculo para a incidência dos honorários advocatícios sucumbenciais, na medida em que aquele, conforme jurisprudência supra, prefere a este.

3. Do exposto, com amparo no art. 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, conheço do agravo para, de plano, **dar parcial provimento** ao recurso especial, a fim de determinar, como base de cálculo para incidência dos honorários advocatícios, o valor do proveito econômico pretendido, ressaltando que se mantém o percentual de 14% fixados pelo Tribunal de origem (fl. 67, e-STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator